

## COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

Recebemos da CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, cópia do Edital de **Pregão Eletrônico nº 12/2013** para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mailing de imprensa.

**EMPRESA** \_\_\_\_\_

**CNPJ** \_\_\_\_\_

**NOME DO RESPONSÁVEL** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO** \_\_\_\_\_

**TELEFONE** \_\_\_\_\_

**FAX** \_\_\_\_\_

**E-MAIL** \_\_\_\_\_

**NOME** \_\_\_\_\_

**ASSINATURA** \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

**OBS.: Os campos acima devem ser preenchidos em letra de forma. É indispensável o preenchimento do CNPJ.**

**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2013-4363**  
**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2013**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mailing de imprensa para a Assessoria de Comunicação da CVM.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) / Gerência de Licitações e Contratos (GAL) / Assessoria de Comunicação (ASC).

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO ANUAL.

**HORÁRIO:** (de Brasília)

**Encaminhamento da proposta de preços e anexos: até às 11:00 horas do dia 14/06/2013.**

**Abertura da sessão: a partir das 11:00 horas do dia 14/06/2013.**

**LOCAL:** <http://www.comprasnet.gov.br>

**REGULAMENTAÇÃO BÁSICA:** Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e suas alterações posteriores; Decreto nº 3555, de 08/08/2000, Decreto nº 5.450 de 31.05.2005; Instrução Normativa nº 02, do MPOG, de 30.04.08; Decreto nº 3.722, de 09.01.2001; Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores (subsidiariamente), Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006 e Decreto nº 6.204/07, de 05/09/07.

**EDITAL**

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria CVM/PTE/nº 090/2012, de 9 de agosto de 2012, realizarão, no dia, horário e local acima indicados, o Pregão Eletrônico nº 12/2013, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, disposto a seguir:

- a) ANEXO I - Minuta de Contrato.
- b) ANEXO II – Modelo para Apresentação da Proposta;
- c) ANEXO III - Termo de Referência do Pregão nº 12/2013.

## **1. DO OBJETO**

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a prestação de serviço de Mailing de Imprensa para a Assessoria de Comunicação da CVM, no Rio de Janeiro, com atualização on-line capaz de gerar banco de dados, atualizados em tempo real, com endereços de veículos de comunicação e jornalistas de todo o Brasil, conforme Termo de Referência (Anexo III).
- 1.2 O serviço será disponibilizado nas dependências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM no Rio de Janeiro, Rua Sete de Setembro nº 111 / 29º andar, setor de Assessoria de Comunicação (ASC), de 2ª a 6ª feira no horário de 9h00min às 18h00min (exceto feriados oficiais).

## **2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

- 2.1 Os serviços a serem prestados pela Contratada encontram-se descritos no Termo de Referência, ANEXO III, deste Edital.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO**

- 3.1 Poderão participar do certame pessoas físicas e jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, devidamente identificadas pela sua chave de identificação e pela senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico;
- 3.2 Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 3.3 Ainda como condição de participação no Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 3.3.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores;
  - 3.3.2 que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo

menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;

3.3.3 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009.

- 3.4 Estarão impedidos de participar da presente licitação os licitantes:
- a - cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que esteja em gozo de benefício da concordata ou que tenha requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
  - b - que tenha sido declarada inidôneo por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
  - c - que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
  - d - que seja empresa constituída em forma de consórcio;
  - e - da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
  - f - que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar;
  - g - Cooperativas.
- 3.5 O CNPJ ou CPF, apresentado pelo licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a constar da Nota de Empenho, do Contrato a ser celebrado, da Nota Fiscal ou Recibo respectivos, bem como será o beneficiário da liquidação da despesa.
- 3.6 O licitante ficará obrigado a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF **durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos** (art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002);
- 3.7 Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>;
- 3.8 Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações, o licitante Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

- 3.9** O licitante optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser contratado deverá apresentar, após a assinatura do Contrato, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação e opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- 3.10** Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria CVM, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- 3.11** A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra de que trata o item 3.8 não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma lei complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

#### **4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

- 4.1-** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.com.br>.
- 4.2-** O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 4.3-** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.4-** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante,

não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1- O licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);
- 5.2- O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.3- Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- 5.4- O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 3º, § 5º, Decreto nº 5.450/05).
- 5.5- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso V, Decreto nº 5.450).
- 5.6- O licitante vencedor deverá apresentar, após a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, no prazo determinado pelo pregoeiro, sua proposta de preços por escrito, na forma do ANEXO II. Suas folhas devem ser rubricadas e numeradas, e a última datada e assinada pelo seu representante legal, dela devendo constar:
  - 5.6.1 Nome do proponente, endereço, número de telefone e/ou fax, CEP, suas características, identificação (individual ou social), aposição do carimbo padronizado do CNPJ (CPF para pessoa física) do licitante e a inscrição Estadual e/ou Municipal ou do Distrito Federal, substituível pelo papel timbrado, com estas informações;
  - 5.6.2 O valor da proposta, limitado a 2 casas decimais, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

- 5.6.3 O prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias corridos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05);
- 5.6.6 O nome do banco com o qual o licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.;
- 5.6.7 **O último preço oferecido** relativo ao objeto licitado, nele incluídas todas as despesas legais ou adicionais, previstas neste Edital e seus Anexos, em reais (em algarismo e por extenso).
- 5.7- Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear quaisquer alterações dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou de qualquer outro pretexto;
- 5.8- Não serão consideradas propostas com alternativas; os licitantes devem se limitar às especificações deste Edital.
- 5.9- Os valores estimados para a contratação constam do Termo de Referência (**ANEXO III**).
- 5.10- Na hipótese de se verificar incoerência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o mais vantajoso para a CVM; entre o valor por extenso e o numérico, prevalecerá o por extenso;
- 5.11- A simples participação neste certame implica:
- 5.11.1 A aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital de Pregão Eletrônico;
- 5.11.2 A inclusão na proposta das parcelas de quaisquer natureza, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço dos serviços, exceto IR e CSLL, os quais poderão ser informados separadamente;
- 5.11.3 Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.
- 5.12 Até **dois dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 5.13 Até **três dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br).

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1- A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.2- O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 6.3- Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR ANUAL**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico;
- 6.4- No que se refere aos lances, os licitantes serão imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.5- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.6- O lance oferecido pelo licitante deverá ser inferior ao último por ele próprio ofertado e registrado pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.7- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.8- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do autor do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.9- No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.10- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).



- 6.11- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).
- 6.12- O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).
- 6.13- Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte em valor igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.13.1 O percentual de 5% (cinco por cento) será aferido na comparação dos valores ofertados pelas microempresas em relação ao valor da proposta vencedora;
  - 6.13.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, com preço necessariamente inferior àquele apresentado na melhor proposta até então, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste certame;
  - 6.13.3 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da condição anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem no item (6.13), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  - 6.13.4 No caso de equivalências dos preços apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento do lance final do desempate;
- 6.14- Não ocorrendo a adjudicação nos termos previstos nesta condição, o objeto licitado será adjudicado em favor do licitante detentor da proposta originalmente melhor classificada

## **7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 7.1- Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificar-se-á a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.2- Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.3- Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO ANUAL**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.4- Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e atendimento às condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).
- 7.5- A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

## 8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1- Sendo aceitável a proposta de menor preço global, o respectivo licitante deverá comprovar, desde logo, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, devendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação habilitatória, preferencialmente através do e-mail [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br), ou através do **Fax (21) 3554-8475**, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 8.2- Os licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:
- I- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

II- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

III-

Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o pregoeiro poderá solicitar o envio, pelos meios previstos em 8.1, de documentos que comprovem a regularidade fiscal.

IV-Original ou cópia autenticada de, pelo menos, um atestado de desempenho, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que o licitante prestou ou está prestando, sem qualquer restrição, serviços de natureza semelhante aos ora licitados (atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). Preferencialmente, o atestado deverá conter nome endereço e telefone do atestante.

8.3- Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).

8.4- A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

8.5- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar 123/2006).

8.5.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.5.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto em 8.5.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou, em última instância, revogar a licitação.

8.6- Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

## 9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 9.1- Até **três dias úteis anteriores** à data fixada para abertura do pregão, excluindo-se esta, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br) (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2- Igualmente, **até dois dias úteis anteriores** à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). A petição para a impugnação deverá ser, igualmente, endereçada ao Pregoeiro através do e-mail [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br).
- 9.3- Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).
- 9.4- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 9.5- Os prazos referidos acima não incluem o dia exato da abertura do certame, encerrando-se necessariamente no dia útil anterior.

## 10. DO RECURSO

- 10.1- A manifestação do desejo de interpor recurso será feita imediatamente após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema, no prazo estabelecido, no ato, pelo Pregoeiro.

10.1.1. As razões recursais deverão ser apresentadas exclusivamente via sistema COMPRASNET, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à manifestação citada em 10.1, devendo ser dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM, por intermédio do Pregoeiro. (art. 11, XVII do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).

10.1.2. A falta de manifestação imediata do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).

**10.2.** Os demais licitantes poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 10.1.1 acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).

10.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação **apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento** (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c Art. 11, XX do Decreto nº 3.555/00 e Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).

10.5. Tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais, é assegurada aos licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, mediante expressa solicitação, assinada pelo representante legal da empresa, endereçada ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM, que autorizará e encaminhará a solicitação para o imediato trâmite interno. A solicitação deverá identificar a pessoa autorizada a executar as vistas ao processo.

10.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contrarrazões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas em mãos ou por Fax.

## 11. DO CONTRATO

11.1. Independente de transcrição, farão parte do Contrato a ser celebrado:

- a) A proposta do licitante vencedor e seus respectivos anexos;

- b) O presente Edital e seus anexos;
- c) A Nota de Empenho correspondente.

11.2. A adjudicatária deverá assinar o Contrato em 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (Art. 64, caput e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

11.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a retirada da respectiva nota de empenho, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (Art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

11.4. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do Contrato, será convocado outro licitante para celebrar o Contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observada a possibilidade de negociação (art. 11, XXII do Decreto nº 3555/00).

11.5. Conforme ANEXO I, será firmado Contrato com o licitante vencedor.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1- A CONTRATADA se obriga a:

- a. Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
- b. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 69 da Lei nº 8.666/93);
- c. Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d. Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL);
- e. Manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- f. Executar todos os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução;
- g. Indicar representante pertencente aos quadros da Contratada para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- h. Garantir no mínimo 80% de atualização no mailing, considerando todas as informações de cadastro do jornalista. Caso a Contratante comprove a desatualização superior a 20%, a Contratada deverá devolver a parcela referente ao mês subsequente;
- i. Permitir o envio mínimo de dez mil e-mails por mês;
- j. Oferecer suporte técnico por telefone durante o horário comercial em até 24 horas após ser solicitado;
- k. Realizar reuniões com o Fiscal do Contrato, na CVM, para aprimorar o serviço;
- l. Compromete-se a cumprir todas as cláusulas expostas no Contrato.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM**

- 13.1- A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Edital.

### **14. DA FISCALIZAÇÃO**

- 14.1- A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo titular da Assessoria de Comunicação (ASC), denominado doravante Fiscal do Contrato, devidamente credenciado pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM (SAD), à qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados no curso do Contrato, e de tudo dará ciência à Contratada, conforme art. 67, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93. Para o caso de impedimento do servidor indicado para a função de fiscal, será designado pela Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) um novo servidor como fiscal substituto.
- 14.2- As faltas cometidas pela Contratada deverão ser devidamente registradas no Processo pelo Fiscal do Contrato, que providenciará o envio de notificação à Contratada informando sobre a abertura de prazo de defesa para a prestação dos esclarecimentos necessários. O Fiscal deverá, ainda, propor ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do art. 87 da lei nº 8.666/93.

- 14.3- Caberá à Contratada o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto do Contrato, feitas pelo Fiscal ou por seu substituto.
- 14.4- A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93).
- 14.5- A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

## **15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 15.1- O período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

## **16. DAS PENALIDADES**

- 16.1- Na hipótese do licitante vencedor desistir expressamente desta licitação, ou não assinar o Contrato no prazo previsto neste Edital, estará sujeito à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 16.2- Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
- a) advertência;
  - b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor da proposta;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos (Art. 87, da Lei 8.666/93).
- 16.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 16.3- O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital acarretará à Contratada, independentemente das sanções previstas no subitem 16.2, multa



diária de 0,5%(meio por cento) do valor da proposta (art. 86 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

- 16.4- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, § 1º da Lei nº 8.666/93).
- 16.5- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a Contratada fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.
- 16.6- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar declaração falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.
- 16.7- As penalidades previstas serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no Contrato e das demais cominações legais (art. 14, § único do Decreto nº 3.555/00).

## **17. DA RESCISÃO**

- 17.1- A inexecução parcial ou total do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8666/93.
- 17.2- A rescisão do Contrato poderá ser:
- I- determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incisos. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
  - II- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM;ou
  - III-judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

17.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

## 18. DO DIREITO DE PETIÇÃO

18.1- Dos atos da Administração cabem:

I. Recurso, no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

- a) Anulação ou revogação da licitação;
- b) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do compromisso assumido, de que não caiba recurso hierárquico.

Obs. Não confundir com recurso contra a habilitação de licitante.

18.2- A intimação dos atos referidos no inciso I, alínea "a" acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

18.3- A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 23/08/01).

18.4- As petições contendo os recursos deverão ser entregues, contra recibo, na Gerência de Licitações e Contratos (GAL), localizada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 28º andar, Centro, CEP 20159-900 – Rio de Janeiro – RJ, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

18.5- Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

- 18.6- Interposto o recurso por um dos licitantes, o fato será comunicado aos demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1- A relação da adjudicatária com a CVM restringe-se ao alcance do objeto licitado, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
- 19.2- A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho (art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 19.3- O Superintendente Administrativo-Financeiro (SAD) da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (Art. 18 do Decreto nº 3.555/00 c/c Art. 14 do Decreto nº 3.697/00, Art. 29 do Decreto nº 5.450/05).
- 19.4- Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do compromisso assumido (art. 18 do Decreto nº 3.555/00, Art. 29, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 19.5- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 19.6- O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

- 19.7- Após o envio da documentação não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e às propostas, salvo quando se tratar:
- a ) de simples omissão não conflitante com os termos do Edital e com a lisura da competição;
  - b ) juntada de documentos decorrente de diligências promovidas pela CVM, conforme disposto no subitem 19.8.
- 19.8- É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório, inclusive solicitar ao licitante vencedor a apresentação de amostras, protótipos, manuais, de forma a verificar a ocorrência de ajustes dimensionais, sem que se descaracterize o objeto licitatório (art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 19.9- Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.
- 19.10- A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 19.11- Os esclarecimentos referentes ao presente Edital serão fornecidos pela Gerência de Licitações e Contratos da CVM.
- 19.12- Os esclarecimentos prestados a qualquer um dos proponentes ficará a disposição dos demais interessados até às 16:00 horas do dia anterior ao previsto para a realização da sessão.
- 19.13- As dúvidas quanto à interpretação dos termos do presente Edital deverão ser encaminhadas e apontadas à CVM, através do respectivo Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br), em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (Art. 19, do Decreto 5.450/05).
- 19.14- Qualquer modificação no Edital será divulgada no mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (Art. 20, do Decreto 5.450/05).
- 19.15- Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

- 19.16- Havendo indícios de conluio entre os licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 19.17- Havendo indícios ou evidências materiais de práticas licitatórias criminosas, a CVM noticiará o Ministério Público Federal.
- 19.18- Para dirimir as questões decorrentes do ajuste resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 19.19- Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2013.

Eduardo Abi-Nader Simão  
*Gerente de Licitações e Contratos*

**ANEXO I**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2013-4363**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12 /2013**

**CONTRATO Nº /13**

**MINUTA DE CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA  
ELABORAÇÃO DE MAILING IMPRENSA**

**QUE ENTRE SI FAZEM A CVM –  
COMISSÃO DE VALORES  
MOBILIÁRIOS E .....**

A **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na Rua Sete de Setembro, 111 – 28º andar – Centro – Rio de Janeiro (CEP: 20.050-901), inscrita no CNPJ sob o nº 29.507.878/0001-08, neste ato representada, com base na delegação de competência conferida pela Portaria/CVM/PTE nº 108, de 1º de novembro de 2011, pela Superintendente Administrativo-Financeira, Sra. Tania Cristina Lopes Ribeiro, doravante denominada **CVM**, e ....., **CNPJ** ....., estabelecida na ....., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por ....., têm justo e acordado o presente Contrato, o qual se regerá pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelas Instruções Normativas do MPOG nº 02/2008, nº 03/2009 e 02/2010, e pelas cláusulas e condições a seguir especificadas, e do qual ficam fazendo parte, para todos os efeitos de direito, como se aqui transcritos fossem, os seguintes documentos:

- a) Processo de Compras nº RJ-2013-4363;
- b) Proposta da **CONTRATADA**, emitida em .....
- c) Nota de Empenho – 2013NE .....

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de Mailing com atualização on-line capaz de gerar banco de dados, atualizados em tempo real, com endereços de veículos de comunicação e jornalistas de todo o Brasil;
- 1.2. O serviço será disponibilizado nas dependências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM no Rio de Janeiro, Rua Sete de Setembro nº 111 / 29º andar, setor de Assessoria de Comunicação (ASC), de 2ª a 6ª feira no horário de 9h00min às 18h00min (exceto feriados oficiais).

**Cláusula Segunda – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

- 2.1. Os serviços mínimos oferecidos pela **CONTRATADA** encontram-se descritos a seguir:
  - 2.1.1. Ferramenta que possibilite consulta, via internet, de dados completos de jornalistas, sendo no mínimo exigido telefone, e-mail, empresa e endereço;

- 2.1.2. Possibilidade de exportar as informações para, no mínimo, os formatos de arquivo no padrão do Office 2007, agilizando a consulta, assim como a criação do mailing de imprensa – lista de contatos de jornalistas;
- 2.1.3. O banco de dados da empresa deve ser atualizado em tempo real;
- 2.1.4. Função de atualização automática de mailings anteriores;
- 2.1.5. Sistema integrado de distribuição de release;
- 2.1.6. Previsão de envio de correio eletrônico em tamanho reduzido;
- 2.1.7. Não deve ser restrito a apenas uma licença, mas de utilização por webmail.

### **Cláusula Terceira – DO PREÇO**

- 3.1. O preço relativo à prestação dos serviços objeto deste Contrato é de R\$...... (.....reais) anuais, pagos em parcelas mensais iguais e fixas de R\$ ..... (..... reais).

### **Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO**

- 4.1. O pagamento será efetuado em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura e o atesto do Fiscal do Contrato, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os títulos permanecer em carteira, não sendo admitido pela CVM caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Contrato;
- 4.2. A nota fiscal/fatura, deverá ser encaminhada ao Fiscal do Contrato designado pela CVM (Ana Cristina Ribeiro da Costa Freire, Assessoria de Comunicação, 29º andar), nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 4.3. Caberá ao fiscal, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir do seu recebimento, atestar a prestação do serviço, verificando o cumprimento pela contratada de todas as condições pactuadas, inclusive quanto ao preço cobrado. Após, liberará a referida nota fiscal/fatura para a Gerência de Contabilidade e Finanças (GAF) para fins de liquidação da despesa e pagamento;

- 4.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93);
- 4.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento fiscal devidamente regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CVM;
- 4.6. O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da IN 02/2008, MPOG;
- 4.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CVM entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, serão calculados por meio de aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;  
 N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
 VP = Valor da parcela em atraso;  
 I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

- 4.8. Não serão considerados atrasos no pagamento pela CVM decorrentes de caso fortuito, força maior ou nos casos caracterizados como fato do príncipe (ação superior do Estado, unilateral e imprevista, que impossibilita o cumprimento, ao menos temporário, de um ou de todos os deveres contratuais).

#### **Cláusula Quinta – DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



- 5.1. As despesas correrão à conta do Elemento de Despesa 339039 - Programa de Trabalho 04.122.2110.2000.0001 – Nota de Empenho xxxxxxxxxxxxxxxx.

## **Cláusula Sexta – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### 6.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 69 da Lei nº 8.666/93);
- c) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d) Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL);
- e) Manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para o serviço. Assim sempre que expirar a validade e durante a vigência do Contrato, a CONTRA-TADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF (art. 55, inciso XIII, da Lei 8666/93);
- f) Executar todos os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução;
- g) Indicar representante pertencente aos quadros da Contratada para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- h) Garantir no mínimo 80% de atualização no mailing, considerando todas as informações de cadastro do jornalista. Caso a contratante comprove a desatualização superior a 20%, a contratada deverá devolver a parcela referente ao mês subsequente;
- i) Permitir o envio mínimo de dez mil e-mails por mês;

- j) Oferecer suporte técnico por telefone durante o horário comercial em até 24 horas após ser solicitado;
- k) Realizar reuniões com o Gestor do Contrato, na CVM, para aprimorar o serviço;
- l) Compromete-se a cumprir todas as cláusulas expostas no Contrato.

### **Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES DA CVM**

- 7.1. A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Contrato;
- 7.2. A CVM se compromete a disponibilizar pelo menos uma pessoa de sua equipe, para participar de um treinamento on-line das ferramentas contratadas. Esse treinamento é obrigatório para liberar o acesso e disponibilizar o uso das ferramentas;
- 7.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CVM, não devem ser interrompidos.

### **Cláusula Oitava – DA FISCALIZAÇÃO**

- 8.1. A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pela titular da Assessoria de Comunicação da CVM (ASC) denominado doravante Fiscal do Contrato, devidamente credenciado pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM, ao qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução/fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados no curso do Contrato, e de tudo dará ciência à CONTRATADA, conforme art. 67, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93. Para o caso de impedimento do servidor indicado para a função de fiscal, será designado pela Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) um novo servidor como fiscal substituto;
- 8.2. As faltas cometidas pela CONTRATADA deverão ser devidamente registradas no processo pelo Fiscal do Contrato, que providenciará o envio de notificação à CONTRATADA informando sobre a abertura de prazo de defesa para a prestação dos esclarecimentos necessários. O fiscal deverá, ainda, propor ao Ordenador de Despesas a aplicação das

sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

- 8.3. Caberá à CONTRATADA o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto contratado, feitas pelo fiscal ou por seu substituto;
- 8.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93);
- 8.5. A CVM reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço/fornecimento prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

#### **Cláusula Nona – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 9.1. O período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

#### **Cláusula Dez – DAS PENALIDADES**

- 10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
  - a) Advertência;
  - b) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CVM pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 10.2. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 10.3. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato acarretará à CONTRATADA, independentemente das sanções previstas no item 11.1, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93);
- 10.4. A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o

Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93);

- 10.5. Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

### **Cláusula Onze – DA RESCISÃO**

- 11.1. A inexecução parcial ou total do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;
- 11.2. A rescisão do Contrato poderá ser:
- I. determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
  - II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou
  - III. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único, da Lei nº 8.666/93).

### **Cláusula Doze – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

- 12.1. É vedado à CONTRATADA:
- a) Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
  - b) Ceder ou transferir a terceiros o Contrato e os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com prévia anuência da CVM;
  - c) Interromper unilateralmente o serviço sob alegação de inadimplemento por parte da CVM;
  - d) Publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre este Contrato, bem como seu andamento, sem o prévio consentimento da CVM.

- 12.2. A relação da CONTRATADA com a CVM restringe-se ao atingimento do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
- 12.3. Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).
- 12.4. Os casos omissos serão decididos pela Gerência de Licitações e Contratos, à luz da legislação vigente.

E, por estarem de comum acordo com todas as cláusulas, firmam o presente instrumento contratual, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro,            de            de 2013.

\_\_\_\_\_  
Tania Cristina Lopes Ribeiro  
Superintendente Administrativo-Financeira

\_\_\_\_\_  
.....  
Pela Contratada

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2013-4363**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2013**

**MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

Rio de Janeiro,.....de.....de 2013.

À  
Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO Nº 12/2013**, cujo objeto é a contratação da pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de mailing de imprensa para a CVM no Rio de Janeiro.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO nº 12/2013**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

**CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ**



\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

NOME :

CARGO:

RG :

C.P.F.:

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2013-4363**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2013**

ITEM	Descrição	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Prestação de serviços de <i>mailing</i> de imprensa, com atualização <i>online</i> capaz de gerar banco de dados, atualizados em tempo real, com endereços de veículos de comunicação e jornalistas de todo o Brasil, conforme as especificações constantes do respectivo Termo de Referência.		

Preço Total por extenso: .....

**Composição do preço:** No preço proposto estão incluídas todas as despesas, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

**Prazo de validade do preço:** 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data do encaminhamento da proposta via sistema);

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Rio de Janeiro, ..... de .....de 2013.

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)

### ANEXO III

#### PROCESSO DE COMPRAS N° RJ-2013-4363

#### PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2013

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### SERVIÇO MAILING DE IMPRENSA

### **1. Objeto da contratação**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de *mailing* de imprensa, com atualização *online* capaz de gerar banco de dados, atualizados em tempo real, com endereços de veículos de comunicação e jornalistas de todo o Brasil.

### **2. Especificação do serviço**

- a. Incluir ferramenta que possibilite consulta via *internet* de dados completos de jornalistas, sendo no mínimo exigido telefone, e-mail, empresa e endereço.
- b. Oferecer possibilidade de exportar o banco de dados em arquivos formatos dos tipos Word e Excel, agilizando a consulta, assim como a criação do mailing de imprensa (lista de contatos de jornalistas).
- c. Apresentar um banco de dados atualizado em tempo real.
- d. Conter função de atualização automática de *mailings* anteriores.
- e. Apresentar sistema integrado de distribuição de *releases*.
- f. Prever o envio de emails em tamanho reduzido.
- g. Não deve ser restrito a apenas uma licença, mas de utilização por webmail.

### **3. Justificativa**

Devido ao grande número de veículos de comunicação e jornalistas em atuação no país, torna-se necessária a contratação de um serviço automatizado para gerar listas atualizadas com dados cadastrais da imprensa. Diante dessa diversidade de contatos e da frequência com que os jornalistas trocam de área de atuação e veículos, torna-se impossível manter essas listas atualizadas manualmente diariamente, uma vez que a relação de contatos de imprensa utilizada com maior frequência pela Assessoria de Comunicação da CVM apresenta aproximadamente 1200 cadastros. A ferramenta de



*mailing* também se torna necessária no momento em que é preciso montar listas de veículos de imprensa e jornalistas em determinadas regiões do país ou que atuem com temas específicos, como educação, tecnologia, energia etc.

#### **4. Objetivo da contratação**

Através da contratação do serviço, pretende-se agilizar significativamente a comunicação entre a CVM e a imprensa, evitando que as comunicações com esse público específico não cheguem ao destinatário por falta de atualização de dados. Com uma ferramenta capaz de gerar um banco de dados atualizado de imprensa, o *mailing* utilizado pela CVM será mais confiável e, portanto, as mensagens enviadas pela Autarquia terão mais chances de atingirem o público a que se destinam.

#### **5. Obrigações da Contratada e da Contratante**

##### **5.1. Obrigações da contratada:**

- a. Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
- b. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 69 da Lei nº 8.666/93);
- c. Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d. Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL);
- e. Manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f. Executar todos os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução;
- g. Indicar representante pertencente aos quadros da Contratada para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- h. Garantir no mínimo 80% de atualização no *mailing*, considerando todas as informações de cadastro do jornalista. Caso a contratante comprove a desatualização superior a 20%, a contratada deverá devolver a parcela referente ao mês subsequente;
- i. Permitir o envio mínimo de dez mil e-mails por mês;

- j. Oferecer suporte técnico por telefone durante o horário comercial em até 24 horas após ser solicitado;
- k. Realizar reuniões com o Gestor do Contrato, na CVM, para aprimorar o serviço;
- l. Compromete-se a cumprir todas as cláusulas expostas no Contrato.

#### **5.2. Obrigações da contratante:**

- a. A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações;
- b. A CVM se compromete a disponibilizar pelo menos uma pessoa de sua equipe, para participar de um treinamento online das ferramentas contratadas. Esse treinamento é obrigatório para liberar o acesso e disponibilizar o uso das ferramentas;
- c. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CVM, não devem ser interrompidos.

#### **6. Valor estimado**

O valor do serviço contratado é de 6.954,90 (seis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos).

#### **7. Local de prestação do serviço**

O serviço deverá ser prestado na sede da CVM, no seguinte endereço: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar, Edifício Cidade do Carmo – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

#### **8. Responsável pela Fiscalização do Contrato**

A responsável pela fiscalização do Contrato é a própria Contratante, Comissão de Valores Mobiliários, representada pela chefe da Assessoria de Comunicação Social (ASC), Ana Cristina Ribeiro da Costa Freire, ou, na condição de Fiscal Substituto, pelo servidor Vilmar Schneider.

Rio de Janeiro, ..... de .....l de 2013.

ANA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA FREIRE

Chefe da Assessoria de Comunicação Social